

O TERRITÓRIO DE BEJA ENTRE A ANTIGUIDADE TARDIA E A ISLAMIZAÇÃO

POR

SANTIAGO MACIAS

(Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT - Universidade de Coimbra - CEAUCP/CAM)

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

(Professora da Universidade de Coimbra – CEAUCP/CAM)

INTRODUÇÃO

O território de Beja estendia-se por uma grande parte do actual Baixo Alentejo e prolongava-se mesmo para leste da actual fronteira portuguesa, até aos Picos de Aroche e à Sierra Morena¹. A antiga cidade de Pax Iulia manteve intacto (de forma nítida no século VIII, de modo mais mitigado até ao advento do califado) um poder e uma capacidade de polarização que embora se ateste bem evidente desde o início do período imperial é comprovadamente anterior à chegada dos romanos. Por esse motivo as fronteiras do *Conventus Pacensis* se mantêm durante muito tempo, havendo a registar pequenas alterações no limite norte (fig. 1).

A perduração da ideia dos limites conventuais levou, por exemplo, a que em meados do século X se dissesse explicitamente que “en seu termho jaz hũa villa que os antigos chamavam Ebris e ora he chamada Evora, com seus termhos”². Embora David Lopes sugira, a partir da interpretação que fez de al-Razi, a inclusão do Algarve no território de Beja, tal ideia só poderá ser tomada à luz da presunção de uma continuidade entre os limites conventuais e a kura de Beja, que não tem efectiva correspondência histórica³.

A memória da Lusitânia permaneceu como um reflexo no tempo. O persistente prestígio da cidade levou a que, até ao período califal, se mencionasse Beja como cidade importante, utilizada como ponto de referência no território. Isso é, em particular, visível nos textos de carácter geográfico. Não foi certamente por acaso que o autor oriental al-

Muqaddasi na descrição que fez do Ocidente Muçulmano (segunda metade do século X) referiu no ocidente apenas Santarém, Beja e Ossonoba⁴. Do mesmo modo, al-Bakrī, no Kitab al-masalik wa l-mamalik (século XI), mencionou, a sul do Tejo, somente as cidades de Beja e Ossonoba⁵. Diferente lógica patenteia o texto de al-Idrisi, que apresenta três divisões no ocidente peninsular: a de Santa Maria, Silves e Mértola; a de Qasr Abi Danis, com Évora, Badajoz e Mérida; a de Balata, com Lisboa e Santarém. Estas divisões coincidiam quase completamente, como fez notar David Lopes, com o território da Lusitânia, incluindo o seu prolongamento para oriente⁶.

O POVOAMENTO NO TERRITÓRIO DE BEJA

É verdade que a arqueologia ilumina ainda hoje de forma insuficiente a evolução do *Conventus Pacensis* ao longo da Antiguidade Tardia. Os materiais são escassos e reportam-se, no caso das peças de arquitectura, quase sempre ao contexto religioso. Pode dizer-se sem grande exagero que as escavações referentes a este período se limitaram às *villae*, às basílicas e às estruturas associadas à elite romana⁷. Devemos acrescentar as necrópoles, apesar da insuficiência de trabalhos sistemáticos no sudoeste peninsular.

¹ Torres, 1992b: 369

² Al-Razi in Cintra, 1954: 65

³ V. Lopes, 1911: 46. A mesma ideia está presente num autor do século XIV, Ibn Fadl Allah al-Umari, que talvez tenha servido de inspiração a David Lopes – Fagnan, 1924: 84.

⁴ Al-Muqaddasi, 1950: 11. Esse mesmo autor marca várias distâncias a partir de Beja, designadamente em direcção a Coria, Niebla e Carmona, o que dá a ideia de ser um ponto central ou, pelo menos, de alguma importância a nível regional - al-Muqaddasi, 1950: 47

⁵ al-Bakri, 1982: 18

⁶ Lopes, 1911: 53-54. Ver a breve descrição em al-Idrisi, 1969: 211.

⁷ Boone, 2001: 115.



Fig. 1. O Conventus Pacensis e o território de Beja

Quando olhamos o mapa de distribuição dos vestígios arqueológicos surgidos a sul do Tejo não podemos deixar de notar duas linhas de força:

O carácter urbano desses achados, o que parece contrariar a perspectiva radical de uma ruralização da sociedade;

A importância das vias de comunicação nos circuitos de produção e de distribuição;

Em relação ao primeiro aspecto chama-se a atenção para os vestígios de Beja, Mértola ou Sines, que atestam uma continuidade de ocupação dos respectivos espaços urbanos e/ou periurbanos. É difícil saber com rigor se era a área intra-muros herdada do mundo romano que era ocupada ou se uma parte da população habitaria perto dos povoados, naquilo que restava das *villae* ou em zonas apalaçadas semelhantes às *munyas* do mundo islâmico. Pode assinalar-se que dos cerca de 200 fragmentos de decoração arquitectónica registados no território de Beja quase 72% pertencem aquelas três sítios urbanos.

Quanto ao segundo, sublinhe-se a ligação entre os principais espaços, urbanos ou rurais, da Antiguidade Tardia, e as grandes vias de comunicação. Uma delas ligava a foz do Sado a Mérida, cruzando o Alto Alentejo e passando por Évora; outra punha em contacto o litoral alentejano e a Bética, através de Beja. Um antigo caminho assegurava, no sentido norte-sul, o contacto entre Évora, Beja e Mértola (fig. 2). Era esta cidade portuária que, através do rio Guadiana, estabelecia o contacto com o mar Mediterrâneo.

A importância dos meios urbanos é uma constante e marca a geografia do território. A cidade de Beja herda um importante legado da época romana, sendo constantes, ao longo dos séculos VI e VII, as referências ao seu bispado, abundando no espaço intra-muros os elementos arquitectónicos que desmentem qualquer declínio (fig. 3). Registe-se, porém, que algumas das peças apareceram nas imediações da cidade de Beja. Este facto, porém, deve entender-se como a manutenção de um processo de continuidade do funcionamento da cidade. Na rea-



Fig. 2. O território de Beja – limites e vias

lidade, em época romana, o núcleo urbano continuava-se pelas *villae* localizadas “à sombra” das muralhas nas quais a estatuária, por exemplo, apresentava um carácter monumental mais próprio das arquitecturas públicas urbanas do que das estruturas privadas e domésticas.

A tradição da cidade enquanto centro importante e lugar de difusão do conhecimento continuou na época islâmica: uma elite religiosa de *ulemas* de origem local assegurará uma prestigiosa transmissão de saberes⁸.

Sines, por seu turno, apresenta um importante conjunto de materiais da Alta Idade Média, a ponto de justificar, já em pleno período islâmico, uma descrição um pouco mais detalhada de al-Himyari, que refere explicitamente os monumentos herdados, segundo a tradição, do tempo de “Diocleciano”, mas que sabemos, pelo espólio conservado

no Museu Municipal, serem oriundos de uma grande basílica em uso entre, pelo menos, os séculos V e VIII. Permanecem na penumbra as razões da presença de um tal edifício, mas as condições do porto local – um dos raros pontos de abrigo na costa ocidental a sul do Sado – terão construído e reforçado lendas como a do misterioso S. Torpes, cujas relíquias teriam chegado por mar. Ainda no século XVIII se celebrava a grandeza da sua basílica, nem mais nem menos que “a primeira da Europa e a segunda da Cristandade”.

Quanto a Mértola conhece na Antiguidade Tardia um momento de particular fulgor, que pode ser associado à apropriação do rendimento das minas do seu território pela burguesia local. As construções com que a cidade se renova ao longo dos séculos V e VI (muralhas, basílicas, baptistério) são bem testemunho de uma capacidade de investimento sem precedentes.

A urbe assume nessa época o papel de um sítio distante, de difícil acesso e que é escolhido como

⁸ Marín, 2001

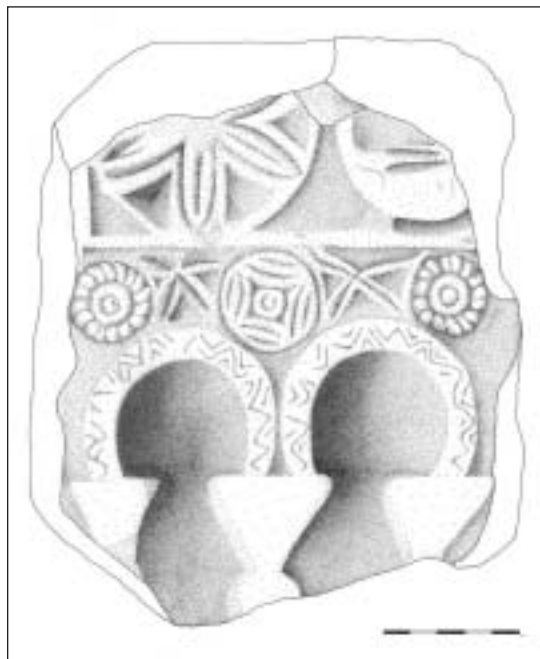


Fig. 3. Fragmento arquitectónico – séc. VII

local de refúgio (“*le comte Censorius, qui aurait été chargé d’une mission auprès des Suèves, au retour, fut cerné par Réchila à Mértola et dut se rendre*” – 440 d.C.⁹). Essa característica de fortaleza de rectaguarda é-nos confirmada pelos fontes árabes em mais duas ocasiões: quando Ibn al-Jawwad ali se fortifica no século IX e na altura em Ibn Qasi escolhe Mértola como local de refúgio em meados do século XII. São também esse isolamento face ao interior da *kura*, as excepcionais condições de defesa do sítio (fig. 4) e a abertura às rotas mediterrânicas que justificam a excepcionalidade do espólio de Mértola (mosaicos bizantinos, cerâmicas tunisinas etc.).

Mesmo sítios de menor importância, como Moura e Serpa constituíram pequenas zonas “palatinas” dos respectivos povoados em época romana. A concentração de materiais de construção de sofisticada feitura (frisos, capitéis, impostas etc.) aponta para a existência nesses espaços de um con-



Fig. 4. Mértola – vista aérea

junto de edifícios ligados ao aparelho do poder. A persistência de ocupação dos sítios – e de uma ocupação certamente importante – entre os séculos V e VIII está perfeitamente atestada pela presença de fragmentos arquitectónicos recolhidos quase sempre de forma descontextualizada¹⁰. Estas peças, pertencentes a tipologias bem conhecidas em todo o Sudoeste Peninsular¹¹, demonstram também a manutenção de uma intensa rede de contactos ao nível regional ao longo de toda a Alta Idade Média. No Castro da Cola a situação é idêntica e pode ser testemunhada pelos materiais dos séculos VIII-IX ali recolhidos¹². Mesmo um sítio como Noudar apresenta, a despeito do seu isolamento geográfico, elementos ligados a um possível sítio religioso. O fragmento de imposta ali recolhido, datável dos séculos V-VI, confirma a continuidade de ocupação do sítio¹³. Se foi assim ao longo dos séculos VI/VII num sítio tão remoto dificilmente parece admissível qualquer tipo de abandono destes povoados com o início da islamização.

Não se estranha, assim, que os principais vestígios sejam os de antigos locais de culto como a hipotética basílica de Sines¹⁴ (que pertence ao povoado hoje identificado com a *Marsa Hasim* das fontes islâmicas¹⁵), a de Mértola¹⁶, a igrejinha de Vera Cruz de Marmelar¹⁷ ou a importante colecção

⁹ Idácio, 1974a: 137. Segundo a explicação de Alain Tranoy, “Censorius, après avoir négocié avec les Suèves, pensait donc rejoindre les forces d’Andevotus qui venaient de se faire écraser par Réchila. Mais Réchila, installé à Mérida, put contrôler les régions proches et dut envoyer des détachements pour s’assurer le soutien des cités reliées à Mérida par les principaux axes routiers: ainsi s’explique la capture de Censorius à Mértola” (Idácio, 1974b: 77-78).

¹⁰ Macias, 1990: 85-92

¹¹ Para o estabelecimento de paralelos para os materiais arquitectónicos da Alta Idade Média é de indispensável consulta Villalón, 1985

¹² Correia, 1993: 50 e 59

¹³ Rego, 2003

¹⁴ Almeida, 1968-1970: 17-29

¹⁵ Torres, 1992b: 391-392

¹⁶ Macias 1993a: 31-62

¹⁷ Almeida, 1954

recolhida em Beja ou nos seus arredores¹⁸. Outras peças identificadas, de modo mais fortuito, confirmam a ocupação na Antiguidade Tardia de sítios como Moura¹⁹, Serpa²⁰ ou Noudar²¹, estando ainda por definir em que termos se processou a permanência no conjunto do território.

A importância costeira da Antiguidade Tardia no sul ganha uma expressão evidente quando olhamos a mancha de difusão das cerâmicas de origem africana ou oriental (em particular a *terra sigillata* clara D ou a Late Roman C). Destacam-se, no Algarve, quatro sítios do litoral: Torre de Ares, Marim, Loulé Velho e Cerro da Vila. Na costa alentejana, a importância da basílica de Sines e a ocupação tardia de Miróbriga reflectem-se nos achados da Ilha do Pessegueiro e da Courela dos Chãos, perto de Sines. Tróia, na foz do Sado, conhece importantes modificações ao longo dos séculos V e VI, mas o carácter parcelar dos trabalhos ali empreendidos não permite ainda uma leitura global do sítio. A polaridade de Beja e o papel das vias torna-se, mais uma vez, evidente quando registamos os locais onde se recolheram cerâmicas: para além da cidade portuária de Mértola (e no Montinho das Laranjeiras, a caminho de Mértola), estão presentes em Beja e nas importantes *villae* de S. Cucufate, do Monte da Cegonha, da Cidade das Rosas e da Horta de D. Maria, na Torre da Cardeira, no Monte dos Alfares, nas Represas e em tantas outras *villae* ou seja, em volta do velho caminho romano Mértola-Serpa-Beja.

Uma parte substancial destas cerâmicas têm origem na zona da actual Tunísia e foram produzidas entre os séculos I e V da nossa era. Peças mais tardias foram registadas, em algumas *villae* das quais se releva o Monte da Cegonha, onde se recolheram ânforas africanas de que se destacam a Africana XXXVB e a Late Roman Amphora I tipo B, esta última de produção, muito provável, no Mediterrâneo Oriental datada entre o século V e VII²², e, por exemplo, no Teatro Romano de Lisboa, onde se recolheram restos de ânforas produzidas nas costas norte e sul da Turquia, em Rodes e em Chipre, entre o século V e inícios do VII²³.

Nos campos de Beja há lacunas a preencher. O estudo da continuidade da ocupação das *villae* até

ao período islâmico é um dos tópicos sobre o qual as maiores dúvidas persistem. Nas regiões do Sul, a maior parte de antigas *villae* continuam a ser habitadas pelo menos até ao século XI, embora com uma dinâmica funcional bem diferente. Embora a importância mantida por cidades como Beja ao longo de toda a Idade Média seja um facto incontestado, a isso não corresponde um conjunto significativo de edifícios da mesma época. Numa perspectiva quase “ecológica” a reciclagem dos imóveis e dos materiais herdados do mundo romano foi norma. Refaz-se e reutiliza-se mas, ao contrário de épocas anteriores, é raro que se construa de raiz. A mesma observação se pode fazer para o seu espaço rural, onde as grandes explorações são retomadas, mas de acordo com modelos de utilização mais modestos que anteriormente.

Em Beja “a mancha semi-vazia nas proximidades imediatas do núcleo urbano (um raio de c. 3,5 km.) deverá retratar com grande aproximação a realidade. A prospecção intensiva do terreno apenas nos permitiu identificar um pequeno sítio em Fonte de Figueira 2”²⁴. Em volta da cidade nunca terá existido uma malha tão densa como na área de S. Cucufate, em torno da Cidade das Rosas – Serpa, nas imediações do Monte da Cegonha – Vidigueira ou da Corte Negra²⁵.

A cronologia das *villae* em torno de Beja obedece a um padrão comum: datam de finais do século I a.C. ou inícios do século I d.C. e são, quase todas, ocupadas até meados do século V. Algumas dessas *villae* viram a sua ocupação prolongada até à época islâmica – Pisões, Apolinárias, Romeirã, Carrascozinha, Monte da Cegonha, Paço do Conde e Marianas 2 integram esse grupo²⁶. Não parece ter havido um modelo de ocupação único: a continuidade de ocupação das *villae* não está relacionada com a sua distância em relação à cidade (surtem indistintamente em sítios distantes ou próximos), nem com a dimensão das *villae* (há unidades de grande dimensão, como Pisões, que continuaram a ter vida própria²⁷, do mesmo modo que sítios mais pequenos como o Monte da Cegonha conheceram uma utilização intensa – fig. 5).

Não se trata, contudo, de um modelo único e que possamos tomar como padrão a aplicar a todo

¹⁸ Correia, 1993

¹⁹ Macias, 1990: figs. 33, 35, 36, 37 e 38

²⁰ Cerâmicas dos séculos VI-VII depositadas no Museu Arqueológico de Serpa

²¹ Rego, 1994: 43 e fig. 5

²² Lopes, 2006

²³ Diogo, 2000b: 164

²⁴ Lopes, 2000: 218

²⁵ Lopes, 2000: 218

²⁶ Lopes, 2000: 246. Para o Monte da Cegonha ver Lopes, 1994: 499 e para o Monte do Paço do Conde ver Mestre, 1986: 228

²⁷ Para S. Cucufate subsistem dúvidas – sublinhe-se, contudo o achado de fragmentos de corda-seca

o território. Consta-se também que idênticos fenómenos de continuidade entre os períodos romano e islâmico se verificaram em regiões mais a sul, como o comprovam a evolução sofrida em sítios tão importantes como Montinho das Laranjeiras (Alcoutim-Faro)²⁸, Milreu (Faro)²⁹ e Cerro da Vila (Loulé-Faro)³⁰. Os terrenos agrestes da serra algarvia parecem ter conhecido também uma evidente fase de transição, embora a sua dinâmica seja moldada por circunstâncias diversas³¹.

Nas *villae* de maiores dimensões a regra comum é a da contracção e reestruturação da área ocupada na *pars urbana*, que embora não tenha conhecido uma efectiva recuperação não foi também abandonada. É verdade que houve mutações de funções, mas tais áreas permaneceram habitadas, ainda que com evidentes condicionantes ou novas formas de entender os espaços e, sobretudo, uma forma nova de exploração da propriedade.

As áreas outrora existentes são repensadas e criados novos compartimentos, de dimensões mais modestas (ou, pura e simplesmente alteradas as funções dos que aí existiam), o que a arqueologia se encarregou de demonstrar em sítios como o Montinho das Laranjeiras³², o Cerro da Vila³³ ou o Monte da Cegonha³⁴. Não se trata de uma reocupação do espaço no sentido de serem retomados os edifícios tal como tinham existido no Baixo Império e de cumprirem as funções que antes desempenhavam. Quem reocupa os espaços serão, com frequência, simples camponeses e não os senhores de outrora. Quem ali passa a viver já não tinha sequer memória das funções da *villa* ou da forma como ela se organizava. Mais importante que os espaços habitacionais em si eram as estruturas económicas do que restava da *villa* e por isso são criados novos compartimentos no interior dos antigos edifícios. São pequenas casas, frequentemente construídas com pedra solta, das quais nos chegaram apenas ténues vestígios. É, sem excepção, uma ocupação mais pobre de parte do que ficara de pé ou do que se reaproveitara, e que se restringe ainda mais em época islâmica, a ponto dos testemunhos desses períodos se circunscreverem, quase sempre, a silos ou fossas de saneamento³⁵.

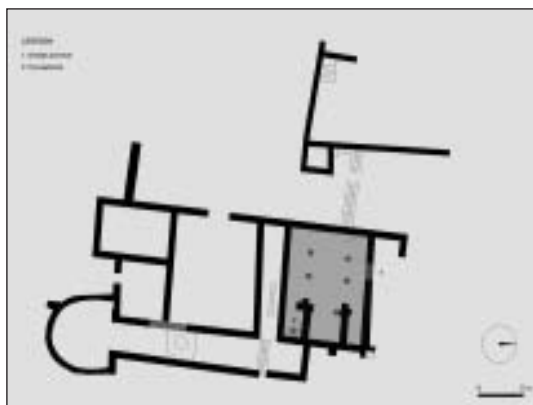


Fig. 5. Monte da Cegonha – a basílica construída no interior da *villa*

No caso de S. Cucufate, parece bastante possível que a população rural se tenha mantido no local e que a mudança de quadro político não tenha levado a qualquer migração. O sítio não forneceu qualquer fragmento de cerâmica suevo-visigótica³⁶, propondo-se como data possível para o seu abandono (não definitivo) uma data pouco posterior a 450 d.C.³⁷. A ocupação de S. Cucufate está, contudo, atestada em época califal.

Do ponto de vista religioso há também importantes modificações. Os antigos santuários pagãos das *villae* foram cristianizados, criando-se à sua volta pequenas zonas mortuárias ou mudando-se para aí as áreas de inumação anteriormente situadas noutros terrenos. Em sítios como Torre de Palma (Monforte-Évora)³⁸, S. Cucufate³⁹ ou Milreu⁴⁰ esse espaço religioso anterior já existia e tinha uma certa dimensão, bastando apenas trabalhos de adaptação. Noutros locais, como o Montinho das Laranjeiras, que perde, em grande parte, funções habitacionais, que dão lugar a outras, religiosas e funerárias, a intervenção arqueológica mostrou que a nova zona religiosa se veio impôr, de modo claro, às estruturas anteriores⁴¹ (fig. 6). Desconhece-se ainda o modo como estas zonas evoluíram ao longo do período islâmico, se continuaram a ser ocupadas por populações autóctones islamizadas, se o culto cristão se manteve ou se, a partir do século VIII, se assistiu a uma nova mutação de espaços e

²⁸ Coutinho, 1993: 39

²⁹ Teichner, 1995: 97

³⁰ Matos, 1983: 377; Matos, 1986: 149

³¹ Catarino, 1997-1998: 548-549 e 852-853

³² Maciel, 1996: 99; Maciel, 1999a: 8

³³ Matos, 1983

³⁴ Alfenim, 1995: 391

³⁵ Matos, 1991: 429; Lopes, 1994: 489-490, 499 e fig. 1

³⁶ Alarcão, 1990: 265 e 268

³⁷ Alarcão, 1995: 383

³⁸ Maloney, 1995: 392

³⁹ Alarcão, 1990: 259; J. Alarcão, 1995: 383-387

⁴⁰ Maciel, 1996: 91-100; Maciel, 1999b: 269-270

⁴¹ Maciel, 1996: 91-100; Maciel, 1999b: 269-270

das respectivas funções. Para S. Cucufate propõe-se a edificação da igreja monástica em época visigótica ou, inclusivamente, islâmica⁴².

No caso de Milreu especula-se ainda com a possibilidade da transformação (ou utilização temporária) da igreja paleocristã em mesquita⁴³. Essa

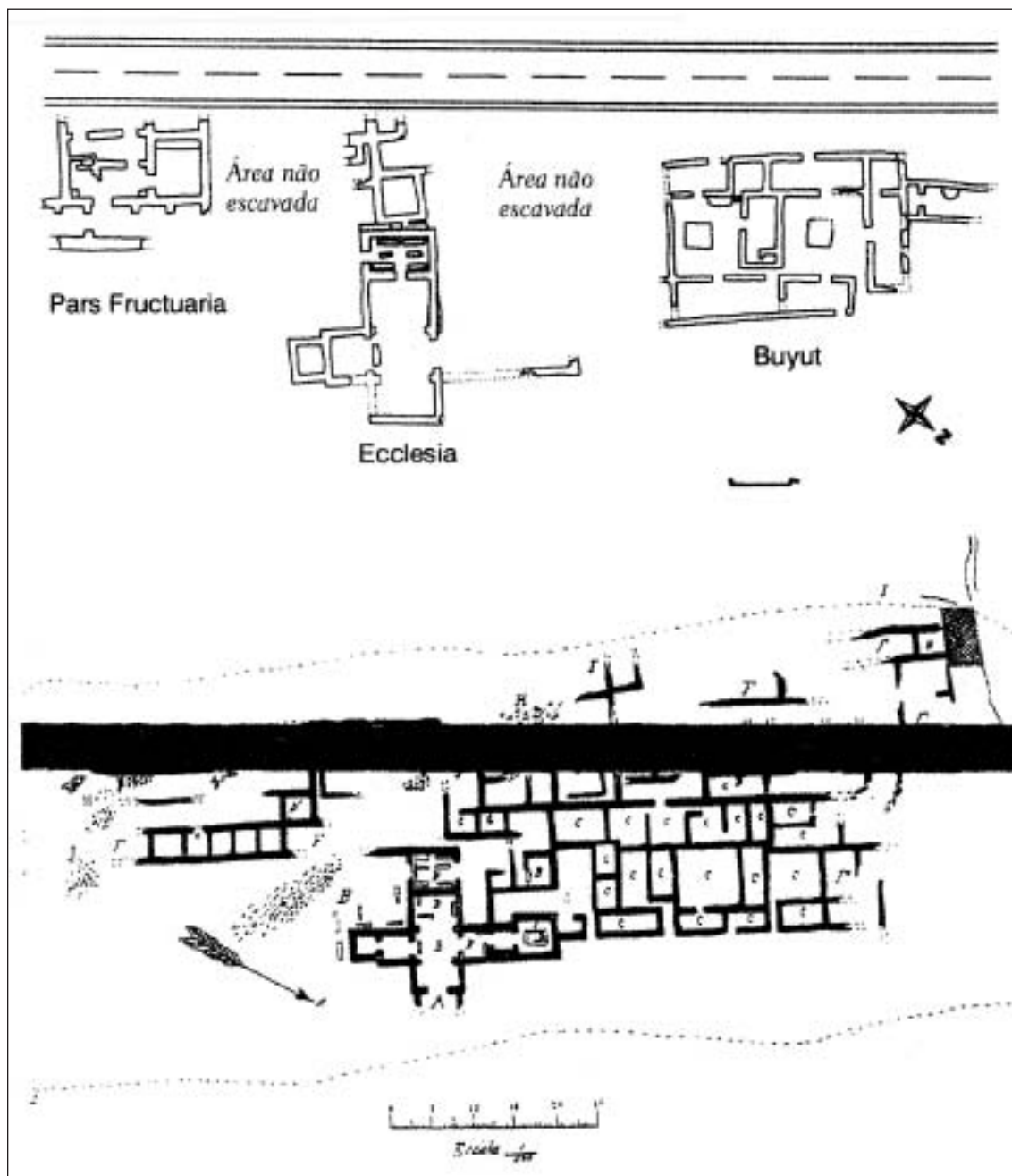


Fig. 6. Montinho das Laranjeiras (seg. Coutinho) – o desenho de Estácio da Veiga e a proposta de releitura do local

⁴² Alarcão, 1995: 385

⁴³ Boissellier, 1999: 189

ideia é sustentada pela presença de inscrições corânicas em diversas colunas da antiga *villa*⁴⁴, (fig. 7) embora o carácter destas aponte antes para uma utilização funerária deste espaço, com limite cro-

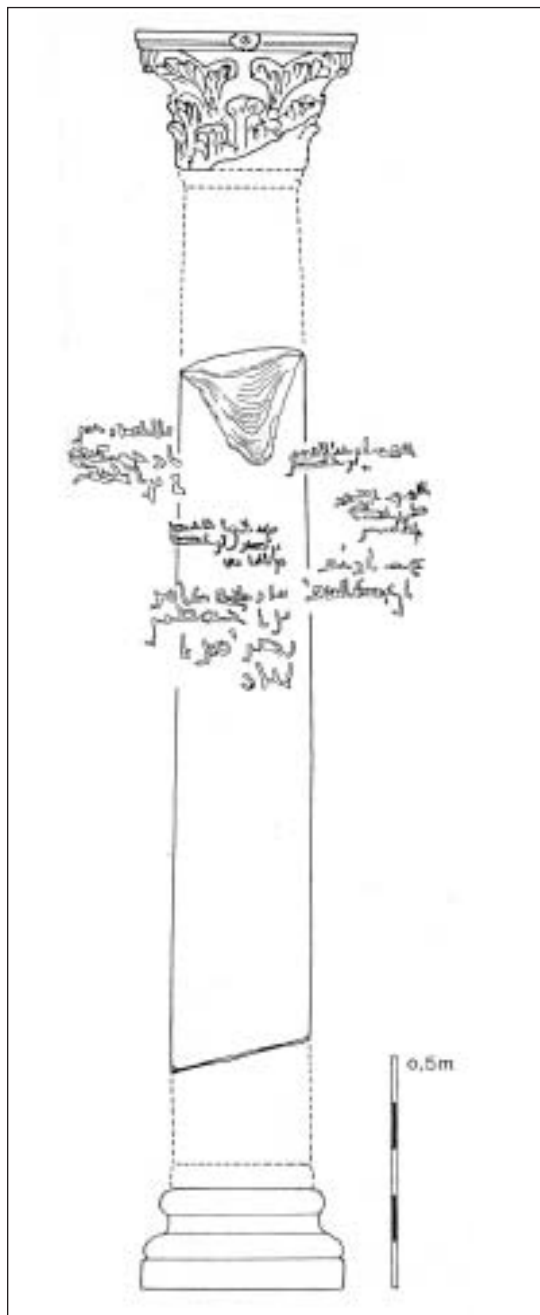


Fig. 7. Milreu – inscrições em árabe numa coluna (seg. Sidarus e Teichner)

nológico, evidenciado pela cerâmica, no século X⁴⁵.

Difícilmente se pode resumir o processo de utilização das *villae* ao esquema, um pouco mecanicista e redutor: ocupação até ao século V / abandono da *pars* urbana e mutação das funções desta ao longo da Alta Idade Média / continuidade de ocupação ao longo do período islâmico / abandono no século XI. É um modelo que se tem constatado nas maiores *villae* do território, mas que não se aplica a todo o tipo de explorações agrícolas romanas⁴⁶, nem pode ser estendido a todos os sistemas de povoamento.

No que se refere à islamização dos campos, a continuidade é inegável, tanto pela informação fornecida por alguns achados arqueológicos, infelizmente demasiado dispersos como pelos testemunhos escritos, onde se salienta a atribuição de terras ao *jund*, um pouco antes de meados do século VIII. Não se pode, contudo, postular uma continuidade em termos globais. Só alguns sítios parecem, comprovadamente, ter conhecido ocupação permanente. Noutros constata-se um efectivo abandono após o período romano.

Mais evidente nos parece o abandono de todos estes sítios durante os séculos XII e XIII. Não se tratará do seu abandono enquanto locais de trabalho e de produção (pelo menos no que reporta aos sítios mais próximos dos aglomerados urbanos) mas sim de um efectivo e definitivo esquecimento a que foram votados enquanto habitat. O Monte da Cegonha, comprovadamente, só foi abandonado após a conquista de Beja, poucos anos antes da entrega de S. Cucufate aos frades de S. Vicente de Fora. Manifestamente, o repovoamento e a reocupação de algumas *villae*, eventualmente até por “gente de fora”, como em S. Cucufate já nada tem que ver com o processo anterior de reconstituição progressiva dos espaços de habitação e das estruturas económicas em que se sustentavam.

AS MINAS NO TERRITÓRIO PACENSE: EXPLORAÇÃO DE UM RECURSO INTEMPORAL

Para além de uma agricultura com fortes raízes na região e que justificou um denso povoamento de *villae* na época romana foi nos metais que a região

⁴⁵ Teichner, 1995: 97; Sidarus, 1997: 183 e 185

⁴⁶ Comparem-se as diferentes densidades no concelho de Serpa – Lopes, 1997: cartas 2 e 3.

⁴⁴ Sidarus, 1997: 183 e 185

do Baixo Alentejo encontrou um dos seus principais recursos e uma fama que tocou ainda o período islâmico⁴⁷. Diziam os poetas da Antiguidade que o Sol, ao pôr-se a Ocidente, mergulhava em torrentes de ouro líquido, causando aquelas incandescências de final do dia. A riqueza metalífera da Ibéria era, porém, mais forte que o mito. Sabemos hoje que nas mais inóspitas serranias do Baixo Alentejo interior se exploraram, durante muitos séculos, importantes filões de minério⁴⁸.

Estes afloramentos metálicos perdiam os minérios ferrosos por efeitos de oxidação natural e ofereciam em estado puro os metais preciosos que eram colhidos com grande facilidade e sem grande revolvimento de terras. O rápido esgotamento destas bolsas de metais nobre concorreu, segundo se pensa, para o povoamento pré-histórico precário e disperso característico da região serrana do Baixo Alentejo. Pequenos grupos humanos, impulsionados por um mercado cujo centro de exportação deve ter sido, graças à sua posição, o porto interior de Mértola, dedicaram-se a trabalhos de mineração e metalurgia, que serviam de complemento à sua economia pastoril de subsistência. À cidade do Guadiana, ponto de partida das mais importantes vias terrestres para o interior, chegaram os primeiros comerciantes e soldados vindos do Mediterrâneo⁴⁹. A pobreza dos solos e a medíocre romanização do território de Mértola foram contrabalançadas pelo papel que Mértola assumiu de cidade-armazém das minas de S. Domingos e de Aljustrel. É a essa característica, bem como ao seu papel de porto fluvial, que se deve a composição social da cidade na época romana. A julgar pela epigrafia conservada, os *liberti* e os imigrantes parecem ter sido numerosos, e dois de entre eles indicam claramente a sua origem itálica e africana. Não sabemos em que medida a elite de Mértola explorava as minas da região explorava as minas da região, problema para o qual a epigrafia não traz grande contributo⁵⁰.

Em toda esta região, apenas S. Domingos e Aljustrel estiveram dependentes de um poder centralizador externo, tendo funcionado somente

enquanto os exércitos do Império Romano puderam alimentar as suas máquinas administrativas, vigiar os processos de extracção e controlar os percursos de escoamento. Os *castella* poderão ter feito parte de um programa oficial de colonização, representando um dos mais antigos programas de distribuição de terras a colonos vindos de fora, cujas formas de exploração têm sido estudadas com detalhe desde o século passado e sobre os quais se produziu extensa bibliografia⁵¹.

O fim da intervenção romana, traduzida no abandonado das complexas instalações de escoamento de água e as grandes lavras do mundo romano marca uma nova etapa na exploração das minas. As grandes explorações imperiais dão lugar a outras de menor dimensão, por vezes de carácter apenas residual. Estas actividades mineiras terão ficado sob o controle de comunidades locais, facto que justifica o programa de construções levado a cabo em Mértola ao longo dos séculos V e VI.

A actividade complementar das comunidades autóctones de camponeses-pastores, embora já residual em época islâmica, pode ter sido a mineração, não só pela disposição do seu habitat em locais visivelmente inóspitos, como pela área geográfica abrangida, coincidente com a faixa piritosa. Esta área geográfica do sul do território, entre o Alentejo e o Algarve, inclui também as principais zonas de povoamento proto-histórico.

Aos abundantes dados existentes para o período romano contrapõe-se, para o território de Beja (e mesmo para a Andaluzia Ocidental), um quase completo silêncio no que respeita à época islâmica. A única referência escrita relativa à exploração mineira na *kura* reporta-se ao século X e diz respeito à exploração de minas de prata na região de Tutaliqa⁵², que “*os pobradores têm em cuberta e se ajudam della*”, ou seja, onde o minério era extraído em segredo e num local desconhecido pelos habitantes, que pareciam, assim, ter o controle da mineração ali praticada⁵³. Esta referência justifica e parece definir um tipo de actividade mineira ainda viva em época califal, controlada por pequenas comunidades que escondiam o local ou locais de extracção e

⁴⁷ Nos séculos XI e XII fazia-se referência, no comércio entre o Mediterrâneo Oriental e Ocidental, ao cobre e ao chumbo, mas sobretudo à prata, metais abundantes em Espanha mas raros no Egipto – Goitein, 1973: 26 e 52-54.

⁴⁸ Ver a densidade do povoamento nesta zona de montanha em Silva, 1998: figs. 250 e 264.

⁴⁹ Torres, 1992b: 388-389.

⁵⁰ Alarcão, 1985: 102.

⁵¹ São de consulta indispensável as sínteses sobre a região em Domergue, 1987: 193-197, 212-213, 224-234, 495-508 e 1990: 49-62; Alarcão, 1990: 413-415 (e bibliografia citada); Pérez Macías, 1998.

⁵² al-Razi, 1953: 88. Informação repetida em textos mais tardios - Yaqut, 1974: 247. Al-Maqqari, menos preciso, refere apenas as minas de prata da região de Beja – al-Maqqari, 1840: 60.

⁵³ al-Razi, 1953: 88; Cintra, 1954: 65.

deteriam ainda a comercialização do metal nos mercados urbanos. Embora possamos especular sobre a antiguidade deste sistema, que poderá remontar a períodos pré-islâmicos, nada nos permite afirmá-lo. A ideia de uma relativa autonomia nesta região parece ser reforçada pela constatação de várias acções militares conduzidas por líderes *mu-wallad* como al-Tutaliqi e Bakr b. Maslama e desencadeadas a partir de Tutaliqa durante os séculos IX e X⁵⁴. Às movimentações não foi, certamente, alheia a riqueza das minas de prata. A ligação entre o controle das minas, a metalurgia indispensável à cunhagem de moeda e o controle dos fluxos monetários justifica bem a atenção que o território desde sempre mereceu.

A zona das minas de Tutaliqa foi localizado na Serra da Adiça, entre as povoações de Sobral, Ficalho e Santo Aleixo, perto da ribeira da Toutalga⁵⁵. É sabido que as serras de Ficalho, Adiça e Preguiça são constituídas por várias ocorrências minerais, compreendendo galenas argentíferas, as quais terão sido objecto de exploração desde a época proto-histórica e que poderão ter constituído a matéria-prima extractiva da metalurgia da prata que se praticou no Castelo Velho de Safara (menos de vinte quilómetros a norte da ribeira de Toutalga) até ao século I d.C.⁵⁶. A continuação da actividade na época islâmica não foi, contudo, arqueologicamente provada nestes sítios.

De acordo com uma hipótese recentemente formulada, o nome de Tutaliqa poderá designar toda a região em volta da ribeira e não um sítio específico⁵⁷. O sítio de Santo Aleixo, cuja ocupação em época islâmica é provável (mas não foi ainda atestada arqueologicamente), poderia corresponder assim a uma pequena fortificação, local de refúgio das populações em ocasiões de assédio. Ainda nesse contexto, e com eventual ligação à actividade mineira, terão conhecido uma ocupação prolongada antigas *villae* como S. Pedro da Adiça. A localização de vários fragmentos arquitectónicos de grande porte estará associada à permanência de um local de culto que poderá ter sobrevivido até à época islâmica. As duas impostas recolhidas há anos em S. Pedro da Adiça⁵⁸ têm uma datação que se poderá situar nos séculos VI/VII⁵⁹, não sendo de excluir

uma cronologia posterior (até ao período califal, se se aceitar a proposta de Manuel Real) para a sobrevivência do povoado.

Repetimos que a todas estas referências não correspondeu, até hoje, uma única intervenção arqueológica que nos permita conhecer as formas de mineração ou de metalurgia ou, nas zonas onde ainda seja possível chegar a tal informação, conhecer o tipo de povoamento ou as formas de habitat que estiveram associadas às minas. Sabemos apenas que a transformação da prata ocorria em sítios como Mértola, onde foram encontrados (em contextos dos séculos XI-XII da respectiva alcáçova) vários cadinhos de fundição utilizados para trabalhar aquele metal e que terão pertencido a um ourives que ali tinha a sua oficina⁶⁰. No Castelo Velho de Alcoutim e na fortificação de Relíquias, por exemplo, não foram encontrados vestígios de fundição no interior do recinto amuralhado⁶¹.

A defesa de uma continuidade na exploração dos recursos mineiros do Garb, e em particular na *kura* de Beja, tem sido sustentada ao longo da última década, através da existência de uma mineração artesanal, praticada por comunidades locais cuja principal actividade seria a pastorícia.

A sedutora hipótese da exploração à superfície de pequenas bolsas de metais preciosos, avançada por Cláudio Torres⁶², mas que nunca chegou a ser testada no terreno, tem sido vigorosamente contestada com base numa argumentação que privilegia a inexistência de dados sobre mineração extractiva medieval, tanto do lado hoje espanhol, como em S. Domingos, Aljustrel ou noutros locais, o que se teria ficado a dever ao esgotamento dos níveis jariosícos, causa da recessão das explorações mineiras do Baixo Império.

Contudo, e embora se diga insistentemente que em sítios como Aljustrel existem apenas vestígios de época romana (Algares não teria conhecido ocupação depois da segunda metade do século III; a Mangancha não ultrapassou o final do século I a.C.⁶³) a verdade é que se conhecem no Poço 1 de Algares vestígios de um habitat cuja ocupação se pode ter prolongado entre os séculos IV e X⁶⁴. A cerâmica (*sigillata* africana dos séculos IV/V) e a madeira carbonizada⁶⁵ ali recolhidos abrem a hipótese de, ain-

⁵⁴ Picard, 1993: 55-56.

⁵⁵ Torres, 1992a: 194.

⁵⁶ Soares, 1985: 87 e 93.

⁵⁷ Rego, no prelo.

⁵⁸ Lima, 1963

⁵⁹ v. Macias, 1990. Correção de cronologia proposta por Real, 1998: 47 e revista por Rego, 2003: 71..

⁶⁰ Silva, 1992: 35-37.

⁶¹ Catarino, 1997-1998: 701.

⁶² Torres, 1992b: 388.

⁶³ Domergue, 1971: 104-107.

⁶⁴ Cauuet, 2002: 79-83.

⁶⁵ Amostras com datação entre 400/584 d.C. e 680/925 d.C. – Cauuet, 2002.

da que de forma esporádica, ter havido alguns trabalhos no que restava da velha mina imperial.

A ideia de uma continuidade de muito longo prazo da exploração mineira em Aljustrel é-nos confirmada por um documento de 1254, duas décadas volvidas sobre a passagem do castelo para mãos cristãs. O rei doa então o castelo à Ordem de Santiago, com os terrenos e o direito real, estabelecendo, contudo, uma importante excepção, a das “*minas e balacione*”, das quais concede apenas a décima parte, reservando para si próprio o restante⁶⁶. A importância do que aí, ainda nessa altura, se explorava é justificação mais que suficiente para que o rei conservasse o controle sobre as minas.

Uma eventual produção de ouro é descartada pelos baixos valores desse metal – 2 gramas por tonelada de mineral –, o que impedia o seu aproveitamento, carecendo então as referências a uma mineração aurífera de argumentos arqueológicos, metalúrgicos e geológicos⁶⁷. A ocupação de sítios antigos justificar-se-ia, e no que respeita aos povoados mineiros do Andévalo, apenas pelo aproveitamento de “*caparrosa*”, um resíduo utilizado, pela sua cor vermelha, como corante na tinturaria. Seria esse, sustenta-se, o uso dado a outras minas da região no período islâmico⁶⁸.

A questão está, contudo, longe de ser pacífica, e uma vez que noutros estudos, embora se sublinhe o abandono ocorrido após o século V⁶⁹ refere-se também a exploração de recursos mineiros em época islâmica, ainda que sem deixar vestígios apreciáveis, em vários locais da Andaluzia Ocidental, como Rio Tinto, Quebrantahuesos, Los Cabezos Colorados, La Venta del Quico, Aracena e El Güerro. Salvo para este último, onde se explorava ferro, nos outros casos estamos perante a mineração do cobre e da prata⁷⁰. Em Saltés, onde os metais para transformação chegavam facilmente por via fluvial, descendo o Odiel⁷¹, eram trabalhados o ferro (cujos restos são visíveis nos escoriais na zona nordeste da ilha), o cobre, o ouro e a prata (estes dois últimos em condições consideradas normais, o que significa que a sua exploração devia ser corrente). A mineração era realizada no interior do Andévalo, sendo depois os produtos alvo de uma primeira transformação redutora em Saltés, para

posterior exportação para centros metalúrgicos especializados⁷².

As aldeias mineiras desta região do Garb estão ainda por localizar e estudar de forma sistemática. Para o Algarve Oriental afirma-se que “*embora nenhum estabelecimento mineiro tenha sido escavado, parece existir uma certa coincidência entre as minas e os lugares de habitat onde se recolheram numerosos fragmentos de escórias, de telhas e de cerâmica*”⁷³. É provável que muitas deles tenham sido destruídas pelos trabalhos modernos operados a céu aberto⁷⁴ e que, pela sua dimensão e profundidade, eliminaram por completo antigos níveis de ocupação. A ausência de um trabalho sistemático de prospecção de povoados mineiros no lado português tem contribuído para a ausência de uma cartografagem desses sítios – por poucos que sejam – na *kura* de Beja.

ÁREAS URBANAS ENTRE A ANTIGUIDADE TARDIA E A ISLAMIZAÇÃO: TOPOGRAFIA, PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES

Os dados são frequentemente parcelares, havendo poucos locais onde os trabalhos arqueológicos efectuados forneçam “*séries*” de elementos que permitam grandes ousadias interpretativas. Continuam por clarificar tópicos como o dos materiais utilizados/comercializados na Alta Idade Média ou na primeira fase da islamização. Para o período islâmico, as cerâmicas mais antigas são apenas datáveis do século IX, ao passo que a epigrafia em árabe não surge antes de meados do século X, generalizando-se apenas no século XII.

Característica essencial é, também, a persistência de povoamento de sítios urbanos. A norma mais corrente é que os locais romanizados de maiores dimensões tenham uma continuidade de ocupação, normalmente prolongada até ao século XI e, depois, até à Reconquista. Do ponto de vista arqueológico tal permanência tem sido constatada pela recolha – raramente contextualizada e quase sempre fruto de recolhas acidentais ou de escavações só parcialmente publicadas – de espólio cerâmico enquadrável entre os séculos VIII/IX e os inícios do século XI. Temos notícia de peças pré-califais e califais em sítios tão importantes

⁶⁶ Dias, 1992: 76

⁶⁷ Pérez Macias, 1999: 31.

⁶⁸ Pérez Macias, 1999: 31-32

⁶⁹ Blanco-Freijeiro, 1981: 20.

⁷⁰ Blanco-Freijeiro, 1981: 24, 94-95, 100-103, 117, 128-136 e 156.

⁷¹ Bazzana, 1989: 48-49.

⁷² Bazzana, 1997: 70-71

⁷³ Catarino, 1997-1998: 698.

⁷⁴ Bazzana, 1989: 49.

⁷⁵ Materiais inéditos das escavações conduzidas por Susana Correia (Rua do Sembrano) e Conceição Lopes (Praça da República e Castelo).

⁷⁶ Torres, 1987; ver sobretudo Gómez Martínez, 2002.

como Beja⁷⁵, Mértola⁷⁶, Moura⁷⁷, Castro da Cola⁷⁸ ou Aljustrel⁷⁹, sem que saibamos a que momentos precisos da ocupação dos sítios pertencem, num panorama que é agravado pelas evidentes lacunas no conhecimento da evolução cerâmica entre os séculos VI e IX. Mesmo partindo da presunção que a tradição paleoislâmica segue os padrões da Antiguidade Tardia (tanto ao nível da morfologia das peças como dos seus processos de fabrico), falta demonstrar para o Garb al-Ándalus quais os mecanismos que justificam essa continuidade. O tema não merece a unanimidade dos investigadores. A. Bazzana, por exemplo, contesta o prolongamento da arte antiga na arte hispano-muçulmana, que considera como verdadeiramente oriental⁸⁰. As dúvidas sobre a evolução das cidades são numerosas: “*la vie survit-elle au début du VIIIe siècle? Il est bien souvent impossible, dans l'état actuel de nos connaissances, de savoir s'il y a eu juxtaposition par rapport au centre ancien ou appropriation de celle-ci*”⁸¹. Há questões que devem ser colocadas: até que ponto as muralhas antigas foram reutilizadas e os espaços intramuros realmente ocupados? Em que medida as cidades andaluzas recebem a herança da Antiguidade? No Levante Peninsular assinala-se um enfraquecimento da vida económica no começo do século V e um renascimento nos séculos X-XI, com uma ruptura clara com a Antiguidade Tardia, que se constata quando falamos da cerâmica⁸². No ocidente, contudo, a situação parece ter sido diferente.

Continuam também por clarificar detalhes sobre a evolução específica de cada sítio, em particular no que se refere ao maior ou menor relevo que cada um deles teve em cada período. Parece-nos demasiado arriscado afirmar que todos estes sítios conheceram um prolongado período de semi-abandono e que só a partir do final do século IX se começam lentamente a fortificar⁸³. O carácter tardio da maior parte das fortalezas não é argumento suficiente para justificar uma ocupação apenas em época tardia desses sítios. Muitos amuralhamentos foram edificados sobre antigos sistemas de defesa e contribuíram, eles mesmos, para ocultarem ocupações anteriores. À excepção do sítio de Aroche, da qual se

afirma ter “conquistado” a actual implantação apenas a partir do século XI⁸⁴ (ideia um pouco contrariada pela existência no Museu Arqueológico daquela cidade de um fragmento arquitectónico dos séculos VI-VII recolhido junto às muralhas do castelo), todos os outros principais sítios do território ocupam antigos pontos fortificados da Idade do Ferro. Mas mesmo quando há essa continuidade de ocupação os limites dos sítios são diferentes entre o período romano e as épocas seguintes. Contudo, nada nos permite afirmar que tenham sido abandonados na Alta Idade Média. Podmos, por exemplo, notar que para muitos sítios de ocupação antiga (Serpa, Moura, Beja, Fernão Vaz, Garvão, Mesas do Castelhinho⁸⁵), a islamização, no sentido de uma inclusão nas rotas mediterrânicas, faz-se sentir de forma evidente. Um processo semelhante foi notado no Lácio, onde os grandes recintos do Neolítico foram reocupados nos séculos X-XI⁸⁶.

O que acima dissemos sobre os materiais “visigóticos” de Beja, Moura, Sines, Noudar ou Mértola confirma essa permanência, à qual a islamização deu evidente seguimento, muito antes de se começarem a fazer sentir necessidades de defesa, que farão destes sítios importantes pontos de resistência ao avanço da Reconquista a partir de meados do século XII.

É verdade que a falta de trabalhos arqueológicos generalizados e os levantamentos ainda demasiado incipientes para o período islâmico tornam um tanto especulativas quaisquer tentativas de respostas definitivas sobre a cronologia dos sítios mas não é menos verdade que a antinomia campo/cidade encontra outro tipo de dificuldade. Ao admitir-se um despovoamento dos espaços urbanos posterior aos séculos VII – a presença de materiais importantes desse período anula a hipótese de terem sido abandonados antes dessa época – seria de esperar que encontrássemos testemunho vigoroso sobre a ocupação dos espaços rurais entre os séculos VII e X. Ora a essa suposta decadência urbana, que seria mais marcante no que toca a Beja, não se nos depara um correspondente florescimento dos campos. Trabalhos recentes e exaustivos visando o período romano e a Antiguidade Tardia no território de Pax Iulia demonstram claramente que as velhas estruturas agrárias romanas são apenas parcialmente ocupadas na Alta Idade Média (e até

⁷⁷ Macias, 1993b.

⁷⁸ Mestre, 1992.

⁷⁹ Ramos, 1993.

⁸⁰ Bazzana, 1992: 31.

⁸¹ Mazzoli-Guintard, 1996: 159.

⁸² Bazzana, 1992: 37 e 55.

⁸³ Picard, 2002: 37-38.

⁸⁴ Pérez Macias, 2001: 52-53.

⁸⁵ Nos principais pontos do território abundam os dados sobre o período proto-histórico – Arruda, 1997: 92-95.

⁸⁶ Toubert, 1973: 330-338.

aos séculos X-XI)⁸⁷. Até ao presente, era ponto assente este mecanismo da abandono das cidades até ao século XI, época que marca o relançamento dos sítios urbanos. Se é certo que não há uma continuidade em sentido estrito “*la société islamique des premiers siècles de l’époque musulmane vit encore sur la permanence des structures anciennes, telles qu’elles sont mises en place, en Espagne comme en Afrique du Nord, à partir du IV^e siècle. L’acculturation définitive à l’Islam et aux valeurs d’une société orientale ne semble s’affirmer; à l’examen des vestiges de la culture matérielle des IX-Xe siècles, qu’à partir du Xe siècle seulement (califat, systèmes d’irrigation, reprise démographique, réseau de qura)*”⁸⁸.

Ao longo do período islâmico, a constante presença de Beja nos textos escritos – e a escassez de elementos para outras localidades e regiões da *kura* – dificultam uma aproximação mais rigorosa ao território. Os resultados apresentados no decorrer de tempos mais recentes acabam por ser influenciados por variáveis tão aleatórias (e, por vezes, contraditórias) como os achados ocasionais ou as intervenções arqueológicas realizadas em locais que não eram, no período islâmico, os mais importantes da região. Isso tem motivado óbvias assimetrias. São dignas de registo discrepâncias informativas difíceis de explicar entre sítios de pequena dimensão, como hisn de Moura, para o qual temos uma informação epigráfica importante⁸⁹, em contraste com uma grande cidade como Santarém, onde essa informação está praticamente ausente. O mesmo poderemos dizer da coleção de cerâmica do Castro da Cola (um notável conjunto, fruto dos trabalhos ali realizados por Abel Viana nos finais da década de 50 do século XX⁹⁰), de dimensão superior há que até há pouco se conhecia para Évora, por exemplo.

Se tivermos em conta o conjunto de informações proporcionado pelos elementos arqueológicos e pela informação escrita temos uma singular ausência de informação para os primeiros séculos da islamização. A única exceção terá sido a cidade de Beja. A persistência de referências ao papel desempenhado, em particular ao longo do século VIII, e a capacidade defensiva que ainda demonstrava nos inícios do século X pressupõem que o núcleo urbano em si não teria decaído por completo e que pelo menos em parte as defesas da cidade eram

mantidas. Para o resto do território a continuidade de ocupação dos sítios é uma regra que apenas encontra um hiato em regiões mais remotas do sul do território. Quanto às *villae*, repete-se o que já foi dito: algumas foram parcialmente ocupadas.

De um modo geral, aos testemunhos da Antiguidade Tardia (traduzidos quase sempre nas impostas, frisos e pilastras que integravam edifícios religiosos) sucedem-se os testemunhos mais discretos da islamização. Mesmo do ponto de vista das defesas urbanas, e com as exceções já referidas, só a partir do período califal se começam a reconstruir os amuralhamentos.

A implantação dos sítios pré-romanos e dos sítios islâmicos oferece ao nível da região coincidências notáveis nos principais locais conhecidos: Mesas do Castelinho foi construído sobre um sítio da Idade do Ferro ocupado até ao século III a.C.⁹¹, Aljustrel sobre um sítio calcolítico⁹², o Castro da Cola sobre um castro da Idade do Ferro⁹³. Em Moura⁹⁴ e em Serpa⁹⁵ há também vestígios da Idade do Ferro, o mesmo se passando em Mértola⁹⁶. Beja, durante muitos anos tida como fundação romana só viu o seu passado proto-histórico desvendado depois de recentes campanhas de trabalhos arqueológicos⁹⁷. Parece-nos, contudo, arriscado elaborar um raciocínio do género *ocupação dos sítios no período pré-romano / abandono ou mutação de funções ao longo de toda a época romana e mesmo na Alta Idade Média / recuperação da topografia mais antiga a partir do século XI*. Devemos considerar dois tipos de situações, completamente distintas. Em primeiro lugar, o dos sítios com uma muito longa ocupação, de origem pré ou proto-histórica e cuja evolução se prolonga até à islamização sem interrupções visíveis. Idêntica longevidade, sem se negar a datação tardia (normalmente almóada) dos vestígios arquitectónicos, foi constatada noutras áreas geográficas do al-Andalus⁹⁸. Não se pode, portanto dizer simplesmente que em época islâmica tardia há a tendência de fortificar com novas muralhas um habitat pré-existente, como acontece em

⁸⁷ C. Lopes, 2000.

⁸⁸ Bazzana, 1992: 391.

⁸⁹ Borges, 1992: 67-69.

⁹⁰ Viana, 1961: est. XXVIII e Mestre, 1992.

⁹¹ Guerra, 1993: 88.

⁹² Ramos, 1994: 48.

⁹³ Viana, 1959: 10.

⁹⁴ Trabalhos arqueológicos inéditos de Jorge Pinho Monteiro (vários exemplares de cerâmica ibérica depositados no Museu Municipal).

⁹⁵ Braga, 1981: 116, 120 e 126.

⁹⁶ Ver Luís, 2000 e, um especial, os resultados das escavações recentes de David Hourcade – Hourcade, 2001.

⁹⁷ Ver a síntese dos trabalhos em Lopes, 2000.

⁹⁸ Bazzana, 1988: 35-36.

Moura, Serpa ou Aljustrel⁹⁹. Outra situação completamente distinta e que tem a ver uma “recuperação” tardia, com toda a probabilidade como zonas de refúgio temporário, de antigos sítios abandonados é a que constatamos num certo número de castros da Idade do Ferro do sul do território.

O ELEMENTO RELIGIOSOS: BASÍLICAS, BAPTISTÉRIOS E NECRÓPOLES

A fragmentação de poderes e a sua “regionalização” teve reflexos no surgimento de ateliers locais e no desenvolvimento de tendências artísticas que têm como foco as antigas capitais conventuais e provinciais. O peso simbólico de Mérida ganha um reforçado protagonismo e, ao longo dos séculos V, VI e VII, a cidade torna-se um pólo difusor de referências culturais e artísticas, exportando os seus modelos para todo o sul. É sobretudo nas peças de escultura (capitéis, frisos, impostas, pilastras etc.) que podemos seguir esse percurso. A presença na cidade de bispos de origem oriental contribuiu para a chegada de influências dessas áreas durante o chamado “período visigótico”. Encontramos reflexos da difusão do *foco emeritense* em Elvas, Juro-menha, Vera Cruz de Marmelar, Serpa, Moura, Beja e até em locais mais distantes como Mértola e Sines. Dominam este núcleo escultórico a tradição anti-icónica e uma gradual tendência para a geometrização e para o esquematismo em detrimento das representações vegetalistas, que quase se perdem ao longo do século VII.

A difusão de modelos artísticos à escala regional não impediu o contacto com horizontes mais longínquos. São disso exemplo as basílicas de dupla ábside de Casa Herrera (Mérida), de Torre de Palma (Monforte) e de Mértola, datáveis dos séculos V-VI e claramente inspiradas em modelos norte-africanos, com particular expressão nas actuais Argélia e Tunísia. Só uma delas, a de Mértola (fig. 8), surgiu em contexto urbano, estando as outras duas associadas a ricas explorações agrícolas lusitanas. As funções desempenhadas por estes espaços parecem ter sido um tanto diferentes: exclusivamente funerárias no caso de Mértola, associadas a um baptistério em Casa Herrera e em Torre de Palma. Em nenhuma delas está comprovada a presença de relíquias de mártires, as quais foram, com frequência, pretexto mais que suficiente para a construção destes templos. Sabemos,

aliás, da importância que isto tinha: eram alvo de cobiça e motivo de um curioso comércio que se desenvolveu, de Oriente para Ocidente, ao longo da Idade Média.

Não são muito frequentes os exemplos de edificações religiosas construídas de raiz no território português a sul do Tejo. Podemos supor, mas não provar, que terá sido o caso das desaparecidas basílicas de Sines e de Sto. Amaro (Beja), dada a importância dos vestígios encontrados nesses locais. No caso de Sto. Amaro admite-se mesmo a realização de obras em épocas muito tardias (séculos IX-X), quando a cidade estava há longos anos sob domínio muçulmano.

A igreja de Vera Cruz de Marmelar, com as suas três ábsides rectangulares, foi muito modificada nos séculos XVI-XVII, mas data do século VII. A prática mais corrente foi a adaptação de edifícios a novas funções. Isso constata-se num sítio como Tróia, onde se identificaram duas importantes estruturas de características religiosas. Na realidade tanto o chamado baptistério como a basílica correspondem a campanhas de obras, realizadas durante os séculos IV-V, em imóveis previamente existentes (fig. 9). O mesmo espírito esteve presente nas novas funções cristãs atribuídas ao santuário aquático de Milreu (Faro) ou ao templo pagão da *villa* de S. Cucufate. Por vezes, e quando os espaços dedicados às divindades pagãs não tinham a magnificência dos de Milreu ou de S. Cucufate, era regra a modificação do espaço interno da *villa*, de forma a criar locais de culto com a devida dignidade. Foi esse o caso do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) e do Monte da Cegonha (Vidigueira), sendo de assinalar neste último a presença de um relicário, forma inequívoca de santificação do lugar.

Alguns destes edifícios dispunham de baptistério, o que lhes conferia a categoria de *ecclesia* ou igreja paroquial. A variedade de soluções é norma nos exemplares de piscinas baptismais existente no território português. Em Torre de Palma encontra-se um baptistério que forma um complexo autónomo, dotado de várias salas e com uma piscina em forma de cruz, onde aparentemente o espaço maior estaria reservado aos adultos e o mais pequeno às crianças. Tróia corresponde, como já se disse, à reutilização de um edifício já existente, ao passo que a piscina baptismal de Milreu foi construída sobre uma sepultura paleocristã, situada ao lado do ninfeu transformado em igreja (fig. 10). Na basílica do Monte da Cegonha, o local do baptismo é uma simples cuba monolítica em mármore, que parece ter sido reutilizada de um bocal de poço ou de cisterna.

⁹⁹ Boissellier, 1999: 61.

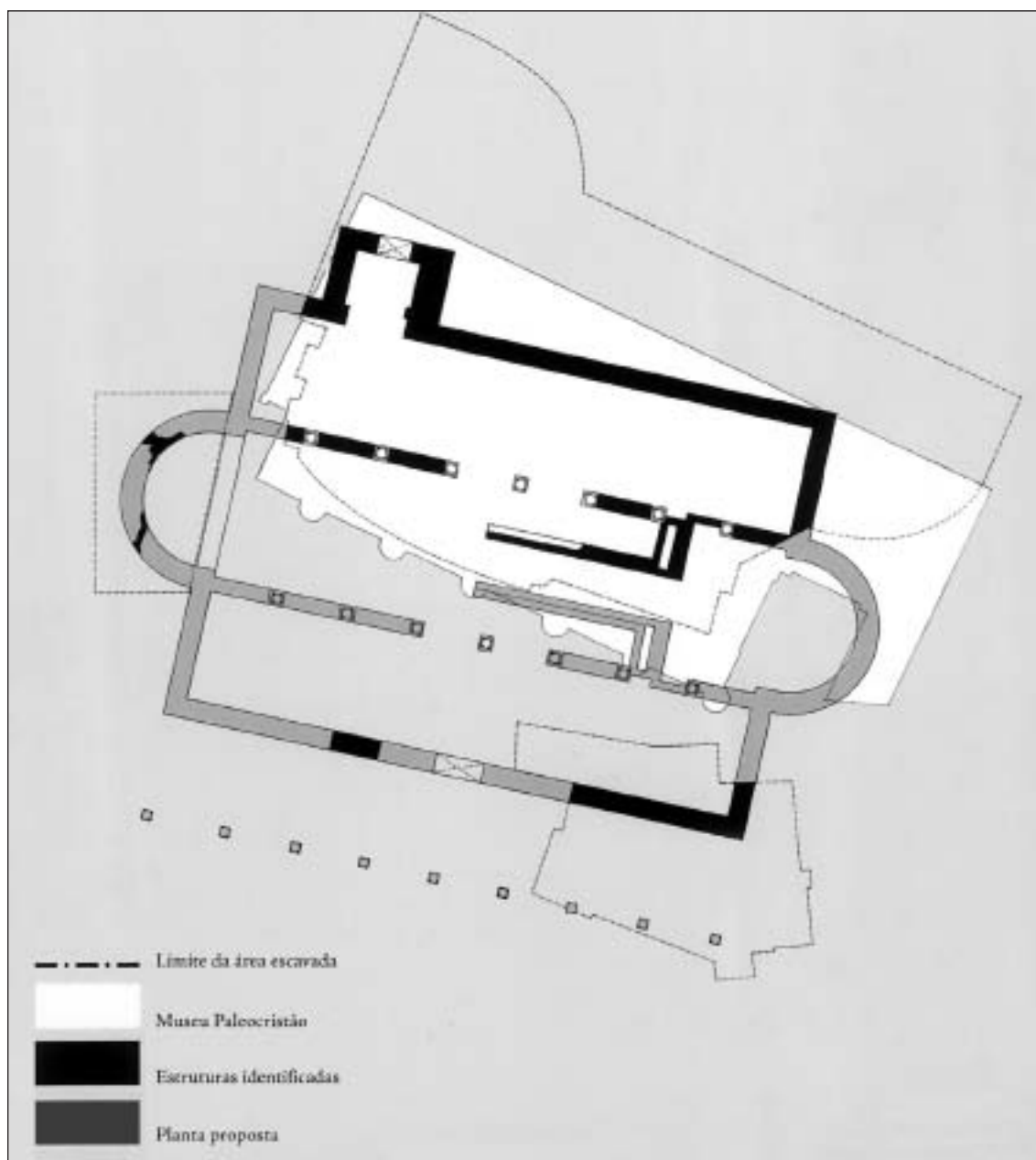


Fig. 8. Mértola – planta da basílica do Rossio do Carmo

O baptistério de Mértola, por seu turno, integra-se numa estrutura mais elaborada. O extremo norte da área intra-muros é marcado pela presença de uma vasta plataforma aplanada que mede sensivelmente 50 por 35 metros, ou seja cerca de 1750 m². Zona áulica por excelência foi ali que, ao longo dos séculos V e VI, se instalou um complexo religioso constituído por um baptistério e pelos respectivos

anexos (fig. 11). Merece destaque uma piscina baptismal de planta octogonal (fig. 12), elemento que sublinha, uma vez mais, as ligações de Mértola ao Mediterrâneo: as piscinas octogonais e com cronologia próxima da de Mértola (séculos V-VI) encontram-se em Barcelona, na Provença e ao longo do Vale do Ródano, no norte de Itália e na costa da Dalmácia.

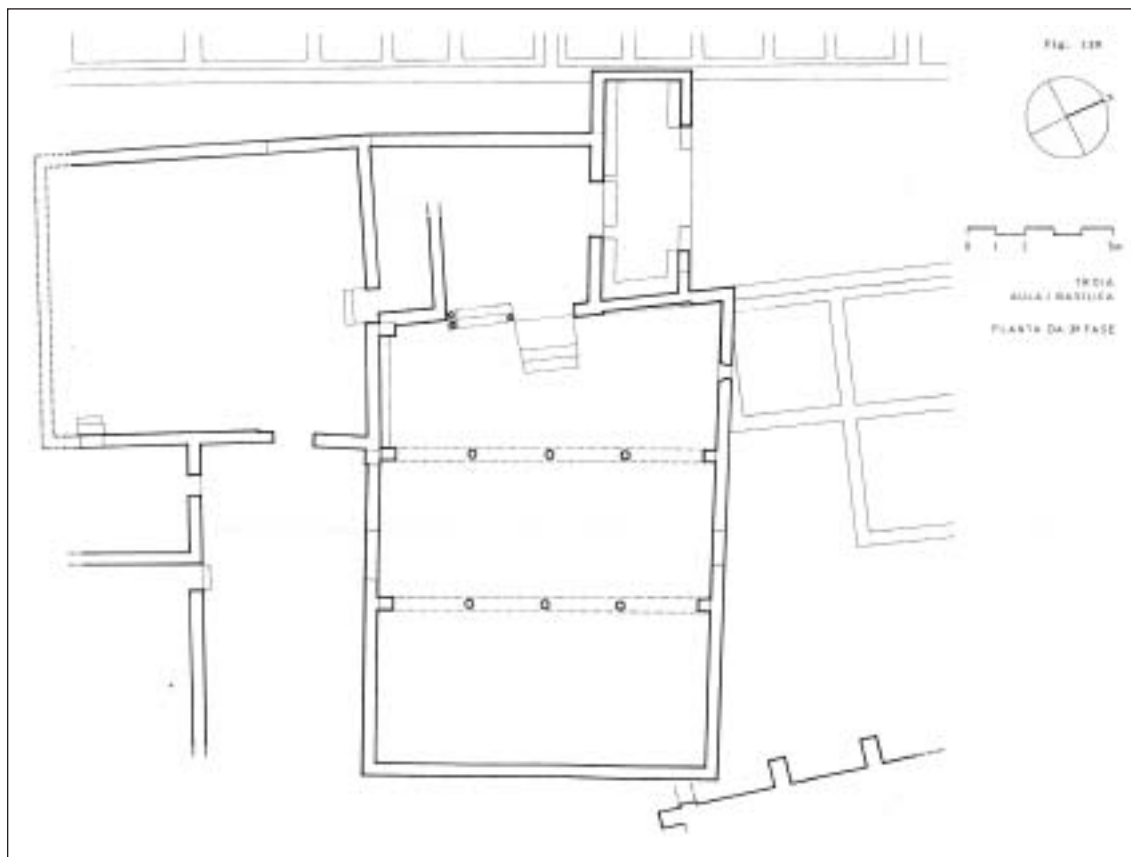


Fig. 9. Tróia – planta da basílica (seg. Maciel)

O facto mais relevante no baptistério de Mértola é, contudo, a magnificência dos seus mosaicos, cuja iconografia nos remete para um horizonte cultural mediterrânico, com paralelos nas margens norte e sul do grande mar interior. Belerofonte matando a Quimera, leões afrontados, um falcoeiro, lebres, avestruzes e leopardos (fig. 13 a 15). Muitos dos animais dos mosaicos de Mértola são estranhos à fauna local. Artistas africanos ou orientais terão vindo nessa época (séculos V-VI) dar um importante contributo para a renovação da zona áulica da cidade. Os paralelos para estes mosaicos estão longe, algures na Grécia, na Líbia ou na Jordânia.

As relações de Mértola com o mundo bizantino terão facilitado esses contactos e contribuíram para a incluir no circuito de produção artística daquele tempo. A riqueza mineira da região terá, segundo se pensa, financiado as obras de renovação. Ou seja, a regionalização dos poderes e a concentração da riqueza nas mãos das oligarquias locais desempenharam decerto um papel de destaque em programas de embelezamento como este.

Sobre os espaços mortuários temos menos informações, apesar da extensa lista de necrópoles da Alta Idade Média no sul de Portugal, das quais merecem particular destaque as de Mértola (séculos V-VIII), em contexto urbano, e de Silveirona (1ª metade do século VI), numa área rural, embora as lacunas de registo tornem difícil a interpretação desta última.

A chegada a qualquer povoado nos mundos romano e paleocristão obrigava ao atravessamento dos cemitérios, que a muralha urbana separava do mundo dos vivos, ficando estes protegidos da ameaça das trevas e também do caos exterior. Foi também esse temor que levou os enterramentos cristãos da Alta Idade Média a apertarem-se junto aos muros das basílicas funerárias. Os altos dignitários religiosos e os poderosos das cidades faziam-se inumar dentro do espaço protegido, de preferência bem perto do altar. Do lado de fora ficavam todos os que não podiam pagar um troço do chão sagrado.

Essa prática é bem visível na basílica funerária de Mértola, onde a persistência de inuma-

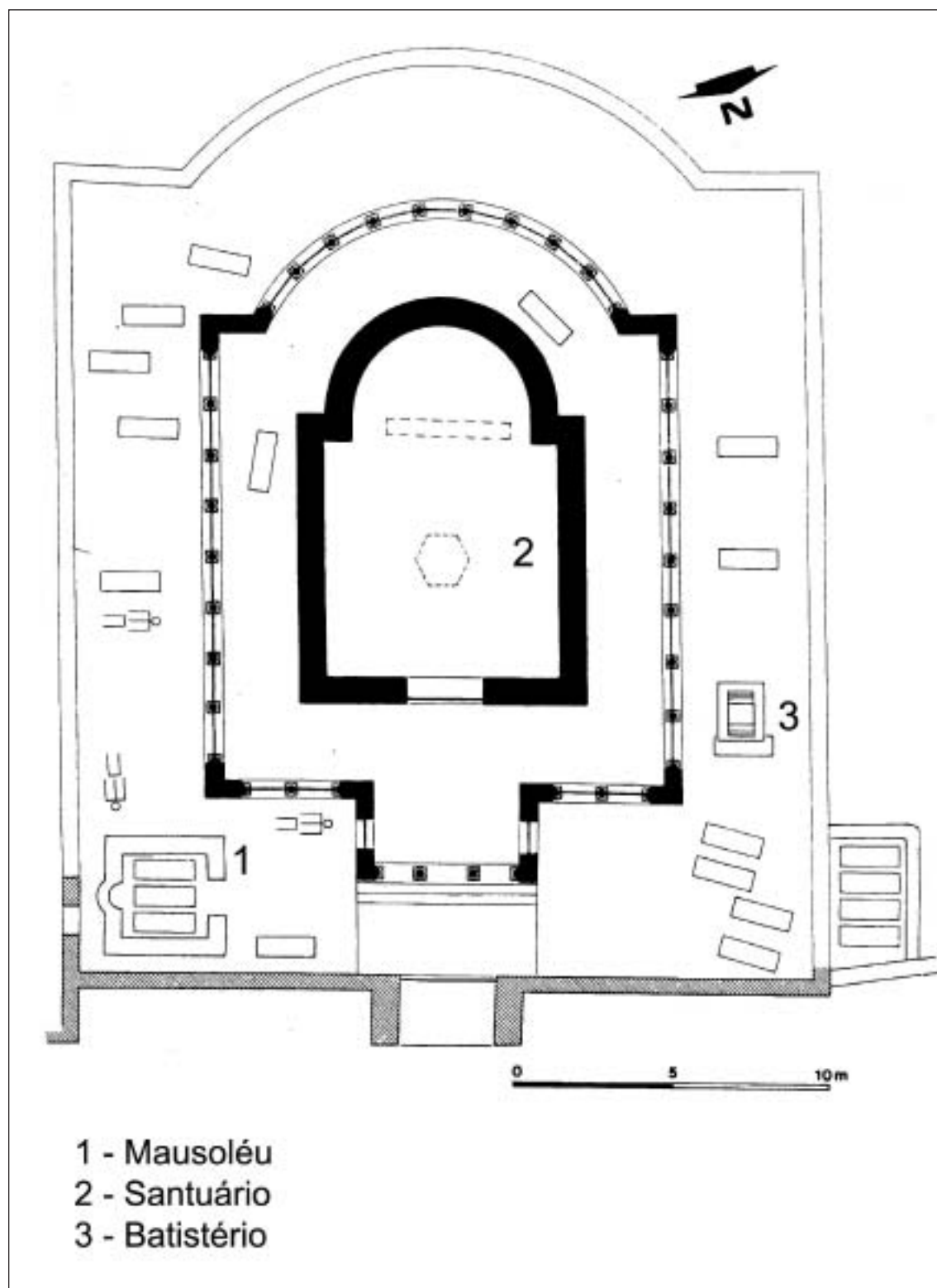


Fig. 10. Milreu – o santuário, o mausoléu e o baptistério (seg. Teichner)

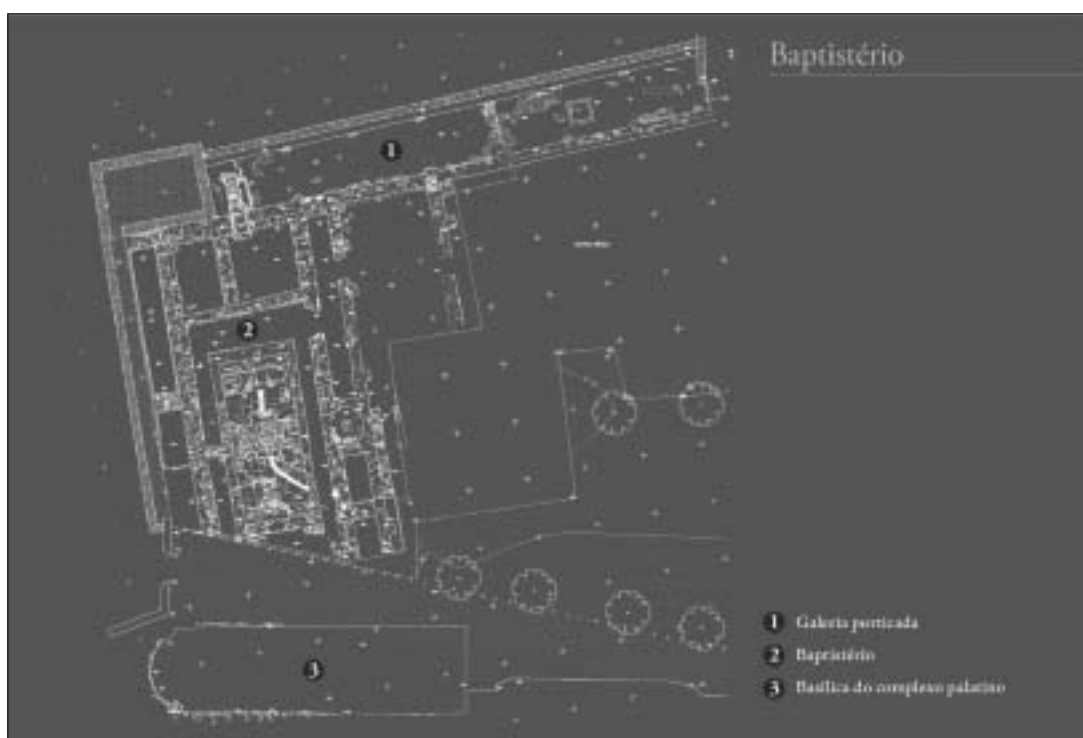


Fig. 11. Mértola – complexo religioso

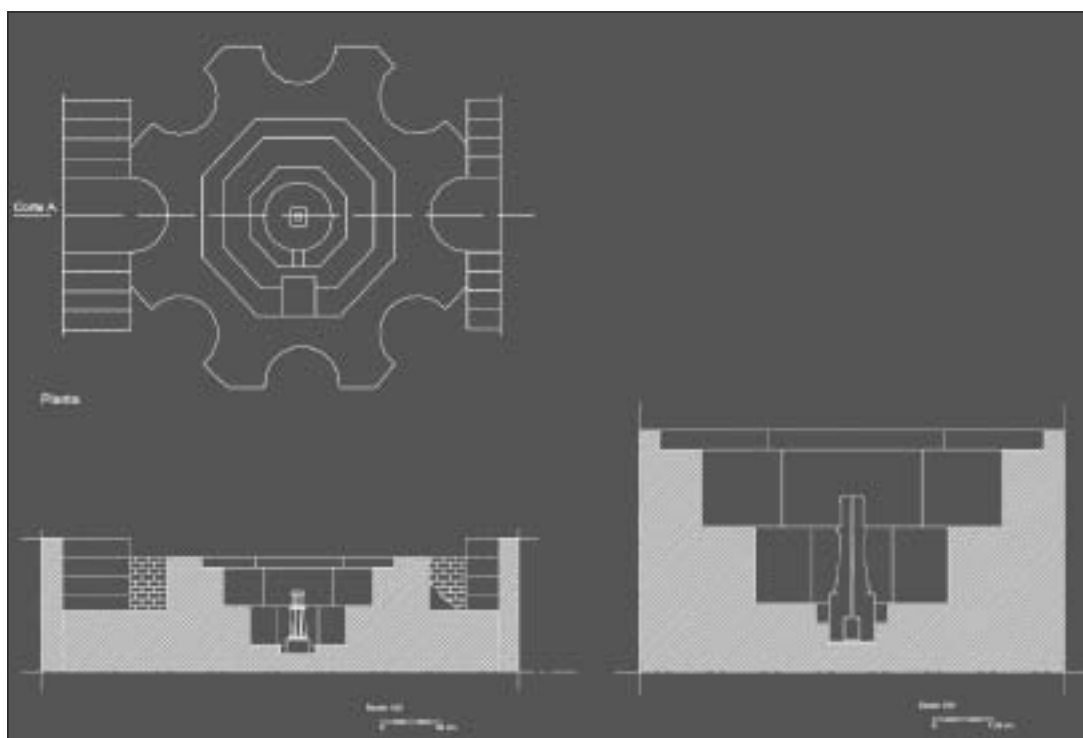


Fig. 12. Mértola – piscina baptismal



Fig. 13. Mértola – mosaico do séc. VI

ções no seu interior ao longo dos séculos V, VI e VII pode, de alguma forma, fazer supôr uma intensa procura de um espaço privilegiado, e longe dos efeitos maléficos, para a inumação dos corpos. As proibições conciliares de realizar enterramentos no interior das igrejas não terá tido grandes efeitos práticos: no século VII Julião de Toledo fala da persistência deste costume, ao afirmar o desejo dos fiéis em fazer-se sepultar *apud memorias martyrum*. Refira-se ainda que a celebração de missas pelos defuntos só era per-

mitida dentro das basílicas ou junto às relíquias dos mártires e não fora daí (cânone LXVIII do concílio de Braga II – 572). Os textos referem vários mártires nos territórios a sul do Tejo: recordem-se Engrácia e Sisenando, em Beja; Liberata e Mâncio, em Évora. Estão, contudo, por provar as relações entre estes mártires e eventuais locais de culto.

As formas de protecção dos defuntos eram variadas, sendo frequente o recurso a tradições pagãs: eram habituais tanto o pagamento do óbolo a Caronte (através da colocação de uma moeda na mão ou na boca de defunto), como a prática do banquete ritual, tradição que a Igreja condenou através do cânone LXXIX do concílio de Braga II de 572 - não era permitido levar alimentos aos túmulos dos defuntos nem oferecer sacrificios em honra dos mortos. As inumações paleocristãs, além de conterem por vezes algum espólio cultural de tradição pagã - lacrimários e pequenos recipientes para alimentos ou perfumes - dispunham o corpo com a cabeça a poente de forma a que este pudesse olhar o Sol nascente no dia do Juízo Final. As jarrinhas, independentemente do seu conteúdo, traduziam a necessidade de ajudar o defunto no seu percurso além-túmulo.



Fig. 14. Mértola – mosaico do séc. VI



Fig. 15. Mértola – mosaico do séc. VI

Outras formas de homenagem aceites pela Igreja tornaram-se prática universal e subsistiram até aos nossos dias. A ligação entre o ritmo das orações que se seguem à morte, no 3º, 7º, 9º, 30º e 40º dia, e uma visão da morte transmitida pela medicina antiga era dada da seguinte forma: “Quando um homem está morto, ao 3º dia transforma-se e toma a sua forma reconhecível; ao 9º dia, o corpo dissolve-se por inteiro, salvo o coração que se conserva; no 40º dia este desaparece com o resto.” É por este motivo que se celebra a liturgia dos mortos no 3º, 9º e 40º dia. Uma antropologia da morte dissimular-se-ia então detrás dos usos em uso tanto na tradição cristã como no Islão, onde a oração do 40º dia permaneceu importante. A ideia de um combate ou de provações que a alma tem de suportar no Além desde a partida é comum ao Oriente e ao Ocidente.

A preservação da memória do defunto era sempre complementada pela presença de lápides funerárias. Na maior parte delas os nomes registados (Donata, Faustianus, Rufina etc.) apontam o carácter autóctone da população. É, contudo, de sublinhar a presença em Mértola de comunidades gregas, originárias do Mediterrâneo Oriental. Estamos certos que foram esses grupos de mercadores a desempenhar um papel crucial na transmissão dos modelos artísticos levantinos.

CONCLUSÃO

À medida que a Idade Média avança, duas realidades se tornam evidentes no sudoeste peninsular. Por um lado, a da permanência, em termos de ocupação do território, de um fio condutor que mergulha as suas raízes nos processos de construção do mundo romano; por outro, a de uma progressiva e cada vez mais vincada abertura a Oriente.

Não temos, na região, o abandono de qualquer dos sítios “urbanos” ao longo da Alta Idade Média nem nos primeiros tempos da islamização. Pode argumentar-se que os sítios terão sofrido mutações entre os séculos V e X e que não é lícito postular uma continuidade *strictu sensu* de espaços urbanos cuja função em grande medida já se perdera. Aceite-se essa ideia sem excluir outras hipóteses. Nomeadamente a probabilidade da classe terra-tenente ter abandonado essas cidades em favor das suas quintas ou *munya-s* que existiam em torno de sítios como Beja, Évora ou Faro.

No que se refere à ocupação do espaço rural, a ideia que fica, e apesar de uma ainda muito insufi-

ciente abordagem arqueológica, é a da continuidade de ocupação das áreas agrícolas ocupadas na Antiguidade Tardia e na Alta Idade Média, embora com evidentes mudanças de funções. Desaparecem as antigas *villae*, de modo mais evidente a partir do final do século VI, que dão lugar a explorações de menores dimensões e com um tipo de ocupação nitidamente mais modesto.

Sublinhe-se, por outro lado, que as relações com o Mediterrâneo conheceram um novo impulso entre os séculos V e VIII. Numa epígrafe paleocristã de Mértola - incompleta e não datada - são identificáveis duas aves do paraíso com cauda de pavão. Este motivo decorativo de origem oriental virá a ter larga difusão na arte islâmica. Os motivos vegetalistas da lápide, registados com algum realismo (a ponto de pensarmos que estamos perante representações de ramos de roseira em botão), foram muito comuns na decoração musiva de Ravena e tiveram grande divulgação por toda a bacia do Mediterrâneo. O uso desta ornamentica prolongou-se até ao período islâmico, durante o qual foi empregue de forma generalizada.

Numa espécie de recuperação de uma geografia de movimentos praticada anteriormente aos romanos e diluída na “mundialização” que estes implementaram, o espaço sul do velho território do *Conventus Pacensis*, os caminhos trilhados desde a Antiguidade continuavam, de algum modo, abertos e uma orientalização *avant la lettre* era já então bem visível. Os modelos importados do Médio Oriente e do Norte de África eram familiares às populações meridionais de então, pressupondo-se que a islamização terá representado mais que uma ruptura brusca a adaptação a novos caminhos e a novas atitudes.

FONTES

- AL-BAKRI, 1982. *Geografía de España* (int., trad., notas e índices por Eliseo Vidal Beltrán), Zaragoza, Anubar Ediciones.
- AL-HIMYARI, 1938. *La Péninsule Ibérique d'après le “Kitab al-rawd al-mítar d'al-Himyari”* (ed. Évariste Lévi-Provençal), Leiden, EJ. Brill.
- AL-IDRISI, 1969. *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (ed. por Reinhardt Dozy e Michaël de Goeje), Amsterdam, Oriental Press.
- AL-MAQQARI, 1840. *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain* (trad. Pascual de Gayangos), vol. I, London, Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland.

- AL-MUQADDASI, 1950. *Description de l'Occident Musulman au IVe-Xe siècles* (introd., trad. e índice por Charles Pellat), Alger, Editions Carbone.
- AL-RAZI, 1953. *La description d'Espagne d'Ahmad al-Razi* (trad. Évariste Lévi-Provençal) in “Al-Andalus”, vol. XVIII, pp. 51-108.
- IDÁCIO, 1974a. *Chronique* (introdução, texto crítico e tradução por Alain Tranoy), Paris, Les Éditions du Cerf.
- FAGNAN, EDMOND, 1924. *Extraits inédits relatifs au Maghreb (géographie et histoire)*, Alger, Jules Carbonel Éditeur.
- IDÁCIO, 1974b. *Chronique* (comentário e índice por Alain Tranoy), Paris, Les Éditions du Cerf.
- VIVES, JOSÉ, 1963. *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- YAQUT, 1974. *La España Musulmana en la obra de Yaqut (s. XII-XIII)* (trad. por Gamal Abd al-Karim) in “Cuadernos de Historia del Islam”, n° 6, Universidad de Granada.

ESTUDOS

- ALARCÃO, JORGE DE, 1985. *Sobre a romanização do Alentejo e do Algarve* in “Arqueologia”, n° 11, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 99-111.
- ALARCÃO, JORGE et al., 1990. *Les villes romaines de São Cucufate (Portugal) – vol. 1* (texte), s.l., Mission Archéologique Française au Portugal/Institut d'Archéologie de l'Université de Coimbra.
- ALARCÃO, JORGE DE et al., 1995. *Os monumentos cristãos da villa de S. Cucufate* in “IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica”, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 383-387.
- ALFENIM, RAFAEL et al., 1995. *A basílica paleocristã/visigótica do Monte da Cegonha (Vidigueira)* in “IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica”, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 389-399.
- ALMEIDA, CARLOS ALBERTO FERREIRA DE, 1986. *Arte paleocristã da época das invasões* in “História da Arte em Portugal”, vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 9-35.
- ALMEIDA, FERNANDO DE, 1954. *Pedras visigodas de Vera Cruz de Marmelar*, Lisboa.
- ALMEIDA, FERNANDO DE, 1962. *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa.
- ALMEIDA, FERNANDO DE, 1966-1967. *Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico* in “Arquivo de Beja”, XXIII-XXIV, Beja, pp. 224-240.
- ALMEIDA, FERNANDO DE, 1968-1970. *Sines visigótica* in “Arquivo de Beja”, vol. XXV-XXVII, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 17-29.
- Almeida, Fernando De et al., 1978. *Pé de altar visigótico na Abóbada (Serpa)* in “Actas das III Jornadas Arqueológicas”; Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 339-344.
- ALMEIDA, MARIA AMÉLIA FRESCO, 1987. *Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo*, 4 vols., dissertação de Mestrado em História da Arte (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa), Lisboa.
- ARRUDA, ANA, 1997. *As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim*, Lisboa, Edições Colibri
- BAZZANA, ANDRÉ et al., 1988. *Les châteaux ruraux d'al-Andalus. Histoire et archéologie des husun du sud-est de l'Espagne*, Madrid, Casa de Velázquez.
- BAZZANA, ANDRÉ et al., 1989. *Shaltish/Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'al-Andalus*, Madrid, Publications de la Casa de Velázquez.
- BAZZANA, ANDRÉ, 1992. *Maisons d'al-Andalus – habitat médiéval et structures du peuplement dans l'Espagne Orientale*, vol. I, Madrid, Casa de Velázquez.
- BAZZANA, ANDRÉ et al., 1997. *L'île de Saltés (Huelva): la ville islamique, centre d'une métallurgie de concentration au Moyen âge* in “Académie des Inscriptions & Belles-Lettres. Comptes rendus des séances de l'année 1997. Janvier-Mars”, Paris, De Boccard, pp. 47-74.
- BLANCO-FREIJEIRO, ANTONIO et al., 1981. *Exploración arqueometalúrgica de Huelva*, Barcelona, Labor S.A.
- BOISSELLIER, STÉPHANE, 1999. *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre tague et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BOONE, JAMES, 2001. *Tribalism, ethnicity and islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements* in “Era. Arqueologia”, n° 4, Lisboa, Edições Colibri / Era, pp. 104-121.
- BORGES, ARTUR GOULART DE MELO et al., 1992. *Almocavar de Moura – localização e epigrafia* in “Arqueologia Medieval”, n° 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 65-69.
- BRAGA, JOSÉ RODRIGUES et al., 1981. *Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no*

- Castelo de Serpa* in “Arqueologia”, nº 4, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 116-123.
- CASTELO-BRANCO, FERNANDO, 1963. *Aspectos e problemas de Tróia de Setúbal*, sep. de “Ocidente”, vol. LXV, Lisboa.
- CATARINO, HELENA, 1997-1998. *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados* in “Al-Ulya”, nº 6, vol. 2, Loulé, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.
- CAUJET, BÉATRICE, 2002. *Mine d’Aljustrel (Portugal): fouilles archéologiques dans les anciens réseaux miniers des Algaes* in “Mineração no Baixo Alentejo” (coord. de Miguel Rego e Paulo Nascimento), vol. II, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, pp. 38-87.
- CINTRA, LUÍS FILIPE LINDLEY (ed.), 1954. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- CORREIA, FERNANDO BRANCO, 1993. *Catálogo* in “Museu Regional de Beja - núcleo visigótico”, Beja, Assembleia Distrital / Museu Regional.
- COUTINHO, HÉLDER, 1993. *Cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras* in “Arqueologia Medieval”, nº 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 39-54.
- COUTINHO, HÉLDER, 1997. *Terra sigillata clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*, Alcoutim, Câmara Municipal de Alcoutim.
- CUNHA, MÉLANIE Wolfram Espanha da, 2008. *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia* in *O Arqueólogo Português*, suplemento nº 4, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- DELGADO, MANUELA, 1992. *Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente* in “Arqueologia Medieval”, nº 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 125-133.
- DEUS, MANUELA de et al., 2004. *Sarcófago do Cerro do Faval (Ourique): intervenção de emergência* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 7, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 451-465.
- DIAS, MARIA DA GRAÇA, 1992. *Aljustrel no século XIII. Subsídios para o estudo da Ordem de Santiago* in “Vipasca. Arqueologia e História”, nº 1, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, pp. 73-80.
- DIOGO, ANTÓNIO Dias et al., 1999. *Ânforas e sigilatas tardias (claras, foceenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do Teatro Romano de Lisboa* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 2, nº 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 83-95.
- DIOGO, ANTÓNIO DIAS et al., 2000a. *As lucernas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 3, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 153-161.
- DIOGO, ANTÓNIO DIAS, 2000b. *As ânforas das escavações de 1989/93 do Teatro Romano de Lisboa* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 3, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 163-179.
- DIOGO, ANTÓNIO DIAS et al., 2000c. *Vestígios de uma unidade de transformação do pescado na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 3, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 181-205.
- DOMERGUE, CLAUDE et al., 1971. *Sondages 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal). Note préliminaire* in “Conimbriga”, vol. X, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 99-116.
- DOMERGUE, CLAUDE, 1987. *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, 2 vols., Madrid, Casa de Velazquez.
- FARIA, ANTÓNIO MARQUES DE, 1988. *On finds of suevic and visigothic coins in the Iberian Peninsula and their interpretation* in “Problems of medieval coinage in the Iberian Area”, 3 (ed. por Mário Gomes Marques e D.M. Metcalf), Sociedade Numismática Scalabitana/Instituto de Sintra, pp. 71-88.
- GARCÍA MORENO, LUIS, 1998. *Historia de España Visigoda*, 2ª ed., Madrid, Ed. Cátedra.
- GOITEIN, SHELOMO DOV, 1973. *Letters of medieval jewish traders*, Princeton, Princeton University Press.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, SUSANA, 2002. *Objetos del Garb al-Andalus* in “O Mediterrâneo Ocidental – identidades e fronteira”, Lisboa, Edições Colibri, pp. 241-264.
- GUERRA, AMILCAR et al., 1993. *Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)* in “Arqueologia Medieval”, nº 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 85-102.
- HAUSCHILD, THEODOR, 1986. *Arte visigótica* in “História da Arte em Portugal”, vol. 1, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 149-169.
- HOURCADE, DAVID et al., 2001. *Sondages sur le Cerro de Benfica (décembre 2000) – rapport de fouilles*.
- LIMA, JOSÉ FRAGOSO DE, 1963. *Nuevas piedras visigóticas en Portugal*, sep. de “Analecta Sacra Tarraconensia”, vol. XXXV.

- LOPES, DAVID, 1911. *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, sep. do “Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa”, vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOPES, MARIA DA CONCEIÇÃO, 1994. *A villa romana do Monte da Cegonha* in “Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana”, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 485-502.
- LOPES, MARIA DA CONCEIÇÃO et al., 1997. *Arqueologia do concelho de Serpa*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa.
- LOPES, MARIA DA CONCEIÇÃO, 2003. *A cidade romana de Beja - percursos e debates acerca da ‘civitas’ de Pax Iulia*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Arqueologia – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LOPES, MARIA DA CONCEIÇÃO et al., 2006. *Ánforas das villae romanas de S. Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira) Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora)* in “Setúbal Arqueológica”, Vol. 13, pp. 197-224.
- LOPES, VIRGÍLIO, 2003. *Mértola na Antiguidade Tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- LUÍS, LUÍS, 2000. *As cerâmicas campanienses de Mértola* (dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- MACIAS, SANTIAGO, 1990. *Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura* in “Moura na época romana”, Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-92.
- MACIAS, SANTIAGO, 1993a. *Um espaço funerário in “Museu de Mértola - basílica paleocristã”, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 31-62.*
- MACIAS, SANTIAGO, 1993b. *Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico* in “Arqueologia Medieval”, n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 127-157.
- MACIAS, SANTIAGO, 2006. *Mértola – o último porto do Mediterrâneo*, 3 vols., Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIEL, MANUEL JUSTINO, 1996. *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Ed. do Autor.
- MACIEL, MANUEL JUSTINO, 1999a. *Montinho das Laranjeiras (Alcoutim). Escavações de 1995* in “Arqueologia Medieval”, n.º 6, Porto, Edições Afrontamento, pp. 5-10.
- MACIEL, MANUEL JUSTINO, 1999b. *The Roman Villa at Montinho das Laranjeiras: 1996 archaeological campaign* in “Journal of Iberian Archaeology”, vol. I, Porto, ADECAP, pp. 269-279.
- MALONEY, STEPHANIE, 1995. *The early christian basilica complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)* in “IV Reunió d’ Arqueologia Cristiana Hispànica”, Barcelona, Institut d’ Estudis Catalans, pp. 449-458.
- MARIN, MANUELA, 2001. *Los Ulemas de Beja : formación y desaparición de una elite urbana* in “Elites e redes clientelares na Idade Média” (ed. Filipe Themudo Barata), Évora, Edições Colibri/CIDEHUS, pp. 27-44.
- MARQUES, MÁRIO GOMES, 1995. *Ensaios sobre história monetária da monarquia visigoda*, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- MATOS, JOSÉ LUÍS DE, 1983. *Malgas árabes do Cerro da Vila* in “O Arqueólogo Português”, s. IV, vol. I, Lisboa, pp. 375-390.
- MATOS, JOSÉ LUÍS DE, 1986. *Céramique musulmane du sud de Portugal* in “II Coloquio de Cerámica Medieval del Mediterraneo Occidental”, Madrid, Ministério de Cultura, pp. 149-154.
- MATOS, JOSÉ LUÍS DE, 1991. *Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila* in “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental”, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 429-456.
- MAZZOLI-GUINTARD, CHRISTINE, 1996. *Villes d’ al-Andalus. L’ Espagne et le Portugal à l’ époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- MESTRE, JOAQUIM FIGUEIRA (e TOUCINHO, MARIA JOSÉ ROCHA), 1986. *Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Beja – inventário de sítios arqueológicos romanos* in “Arquivo de Beja”, 2.ª série, vol. III, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 215-237.
- MESTRE, JOAQUIM FIGUEIRA, 1992. *Cerâmica muçulmana do Castro de Nossa Senhora da Cola*, Beja, Câmara Municipal de Ourique.
- PÉREZ MACÍAS, JUAN AURELIO, 1998. *Las minas de Huelva en la antigüedad*, Huelva, Diputación Provincial de Huelva.
- PÉREZ MACÍAS, JUAN AURELIO, 1999. *Cerro Salomón y la minería hispanomusulmana en Garbal-Andalus* in “Arqueología Medieval”, n.º 6, Porto, Edições Afrontamento, pp. 19-37.
- PÉREZ MACÍAS, JUAN AURELIO, 2001. *Los distritos islámicos en la Sierra de Huelva* in “I Jornadas de Cultura Islámica”, Ayuntamiento de Almonaster la Real, pp. 49-63.
- PICARD, CHRISTOPHE, 1993. *Le renouveau urbain en Occident Ibérique aux IXe-Xe siècles sous l’ impulsion de seigneurs muwalladun* in “Les princes et le pouvoir au Moyen Age – 23e Con-

- grès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public”, Paris, Publications de la Sorbonne, pp. 49-67.
- PICARD, CHRISTOPHE, 2002. *L'évolution du rôle et de la place des husûn dans le Gharb al-Andalus au regard de l'histoire* in “L'espace rural au Moyen Âge – mélanges en l'honneur de Robert Durand”, Presses Universitaires de Rennes, pp. 31-40.
- PUERTAS TRICAS, RAFAEL, 1975. *Iglesias hispánicas (siglos IV al VIII) - testimonios literarios*, s.l., Ministerio de Educacion y Ciencia.
- QUARESMA, JOSÉ CARLOS, 1999. *Terra sigillata africana D e foceense tardia das escavações recentes de Miróbriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém)* in “Revista Portuguesa de Arqueologia”, vol. 2, n° 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 69-81.
- RAMOS, CARLOS (et al.), 1993. *O Castelo de Aljustrel. Campanhas de 1989 e 1992* in “Vipasca. Arqueologia e História”, n° 2, Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel, pp. 11-40.
- RAMOS, CARLOS (et al.), 1994. *Projecto de salvaguarda e recuperação dos sítios de Nossa Senhora do Castelo e Mangancha (Aljustrel)* in “V Jornadas Arqueológicas”, 1° vol., Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 45-48.
- REAL, MANUEL, 1995. *Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Tardia no Ocidente Peninsular* in “IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica”, Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 17-68.
- REAL, MANUEL LUÍS, 1998. *Os moçárabes do Gharb português* in “Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo”, Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 35-56.
- REAL, MANUEL LUÍS, 2000. *Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe* in “Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Media - Anejos de Archivo Español de Arqueologia”, XXIII, Madrid, CSIC, pp. 21-75.
- REGO, MIGUEL, 1994. *Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar* in “Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana”, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 37-53.
- REGO, MIGUEL, 2003. *A ocupação islâmica de Noudar* in “Arqueologia Medieval”, n° 8, Porto, Edições Afrontamento, pp. 69-82.
- REGO, MIGUEL, no prelo. *Caminhos antigos e medievos do Parque Natural do Guadiana*, Mértola, Parque Natural do Vale do Guadiana.
- SIDARUS, ADEL et al., 1997. *Termas árabes no Gharb al-Ándalus. As inscrições árabes de Milreu* in “Arqueologia Medieval”, n° 5, Porto, Edições Afrontamento, pp. 177-189.
- SILVA, LEAL DA, 1992. *O cadinho de ourives de prata do silo n° 5 de Mértola* in “Arqueologia Medieval”, n° 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 35-37.
- SOARES, ANTÓNIO MONGE et al., 1985. *O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia* in “Arqueologia”, n° 11, Porto, pp. 87-94.
- SCHLUNK, HELMUT; HAUSCHILD, THEODOR, 1978. *Die Denkmäler der frühchristlichen und westgotischen Zeit. Hispania Antiqua I*, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein.
- SOARES, JOAQUINA, 1980. *Estação romana de Tróia, Setúbal*, C. M. de Grândola e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.
- TEICHNER, FELIX, 1995. *Acerca da vila romana de Milreu/Estói. Continuidade de ocupação em época árabe* in “Arqueologia Medieval”, n° 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 89-100.
- TORRES, CLÁUDIO, 1987. *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- TORRES, CLÁUDIO, 1992a. *Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica* in “Arqueologia Medieval”, n° 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 189-202.
- TORRES, CLÁUDIO, 1992b. *O Garb al-Andalus* in “História de Portugal” (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 363-415.
- TOUBERT, PIERRE, 1973. *Les structures du Latium Médiéval*, I, Rome, École Française de Rome.
- VIANA, ABEL, 1959. *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo* in “Arquivo de Beja”, vol. XVI, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 3-48.
- VIANA, ABEL, 1961. *Nossa Senhora da Cola – notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, Beja.
- VILLALON, MARIA CRUZ, 1985. *Mérida Visigoda. La escultura arquitectónica y litúrgica*, Badajoz, Diputación Provincial.